A ONIPOTÊNCIA DE DEUS  
  
Não é de surpreender que Chamock afirme que o atributo de poder é essencial à natureza de Deus. De fato, embora misericórdia e justiça sejam essenciais à natureza divina, o poder é mais “evidentemente essencial”, pois, por exemplo, sem poder é impossível exercer a misericórdia e a justiça. A simplicidade de Deus, inclusive a harmonia de seus atributos, requer que seu poder seja ilimitado, o que explica por que um dos nomes usados para Deus é “Poder” [“Poderoso”] (Mc 14.62).

É possível entender o conceito de poder como autoridade ou como força. Pode-se ter autoridade sem poder ou poder sem autoridade. Para entender esse atributo divino, Charnock deixa claro que tem em mente a força de Deus e não a sua autoridade. Em seguida, faz a distinção bem conhecida entre poder absoluto e poder “ordenado” (i.e., poder aplicado a um determinado fim). O poder absoluto é a capacidade de Deus “para fazer aquilo que ele não fará, mas é possível de ser feito; poder ordenado é aquele poder mediante o qual Deus faz aquilo que decretou fazer, ou seja, aquilo que ordenou ou decidiu que acontecesse”. É claro que esses não são poderes distintos ou diferentes, mas diferentes maneiras de entender a aplicação - ou não aplicação - do poder de Deus. Mas o poder absoluto tem de ser entendido como aquele poder que tem limitações impostas pela natureza de Deus (i.e., Deus não pode mentir). Ou, caso Deus tivesse feito o mundo e então o tivesse desfeito, seria eternamente verdade que Deus havia feito o mundo, “pois é impossível que aquilo que uma vez foi verdade fosse falso algum dia". Na esteira desse pensamento, Leigh assinala que não se deve conceber o poder divino como se Deus pudesse contradizer sua natureza, como mentir, mudar ou negar a si mesmo, pois essas coisas "se opõem à essência divina, imutável, simples e de absoluta verdade e perfeição". Os teólogos reformados também estavam constantemente falando dos atributos divinos de uma maneira que era consistente com a simplicidade de Deus.

O poder ordenado é a operação do decreto divino; ainda que de acordo com seu poder absoluto Deus possa operar uma mudança, ele escolhe não o fazer por causa do decreto que já fez. Assim, por exemplo, em Mateus 26.53,54, Cristo fala de poder absoluto (“Ou pensas que eu não poderia rogar a meu Pai, e ele me enviaria agora mesmo mais de doze legiões de anjos?”) e poder ordenado (“[Mas] como se cumpririam as Escrituras, que dizem ser necessário que assim aconteça?”). O poder absoluto de Deus é um poder necessário porque pertence à sua essência, mas seu poder ordenado é livre, pois é um ato de sua vontade. A relação entre a vontade e o poder de Deus é ainda outra maneira de conceber a grandeza do poder dele. As criaturas possuem vontade, mas muitas não têm a capacidade de fazer o que gostariam. Mas o poder de Deus não é menor do que sua vontade; afinal, seu poder de agir não se distingue de sua vontade de agir. Embora, de conformidade com seu poder ordenado, Deus não queira fazer certas coisas, “ainda assim, supondo que queira, ele é capaz de realizar isso, de maneira que em tua noção de poder divino tens de ampliá-la ainda mais e não imaginar que Deus pode fazer apenas aquilo que decidiu fazer".

O poder de Deus não é algo distinto da essência de Deus, mas pertence essencialmente à sua natureza. Assim, ser onipotente é ser Deus, o que faz da onipotência outro atributo incomunicável, até mesmo para a natureza humana de Jesus Cristo. Charnock argumenta, em oposição à ideia luterana de “compartilhamento de propriedades", que se a natureza humana de Cristo possuía de fato a onipotência, então a “essência de Deus também teria sido comunicada à sua humanidade e, então, a eternidade teria sido comunicada. Assim, sua humanidade não lhe foi dada no tempo; sua humanidade não seria composta, ou seja, seu corpo não seria corpo e sua alma não seria alma”. Esse foi um desdobramento natural do axioma reformado de que o finito era incapaz de conter o infinito. Assim sendo, o poder de Deus é infinito, visto que nem mesmo a natureza humana de Cristo é capaz de conter ou possuir o poder de Deus, propriamente dito. Ou, em outras palavras, “Ser infinito e ser Deus são exatamente a mesma coisa. Nada pode ser infinito senão Deus; nada senão Deus é infinito. Mas o poder de Deus é infinito, porque pode produzir resultados infinitos”.

Embora, pelo seu poder absoluto, Deus possa produzir resultados infinitos e mundos infinitos, o exercício de seu poder está subordinado ao decreto - daí a expressão “poder ordenado”. Goodwin chama a atenção para o fato de que alguns teólogos afirmam que, conquanto Deus seja onipotente, “ainda assim não é onivolente [querendo fazer todas as coisas]; embora possa fazer todas as coisas em quantidade infinitamente maior do que aquilo que tem feito, ainda assim não quer fazer todas as coisas de que é capaz, pois seu poder está limitado por sua vontade”. Mas, ainda que o exercício do poder de Deus esteja subordinado ao decreto, Charnock tem o cuidado de destacar a essência de seu poder não está subordinada ao decreto, visto que o poder de Deus é eterno (Rm 1.20). Leigh assinala que o poder de Deus é apropriadamente denominado onipotência porque é perpétuo, assim como o é a sua essência.

Tanto Leigh quanto Charnock ligam um atributo de Deus ao outro e, assim, mostram que são consistentes. O poder de Deus tem necessariamente de ser poder onipotente porque Deus é um Deus eterno e infinito. Acerca da simplicidade de Deus, Charnock comenta, [confira "A Simplicidade de Deus", aqui no ig], que “quanto mais espiritual cada substância é, mais poderosa será. Todas as perfeições estão mais unidas em um ser simples do que num ser composto [...] Onde está a maior simplicidade, aí está a maior unidade, e, onde está a maior unidade, aí está o maior poder”. O poder de Deus pode ser percebido a partir da totalidade de suas obras ad extra (aquelas que acontecem fora dele ou são distintas dele), seja Criação, seja governo, seja redenção. Nessas obras é possível, por meio da lente da fé, chegar a ver a sabedoria de Deus, mas um elemento importante que falta até agora é a pureza das obras de Deus. Com isso, Charnock quer dizer que se pode imputar a Deus os atributos de infinitude, eternidade, onipotência etc., e tudo isso está certo; mas, “se o concebermos sem essa perfeição excelente [i.e., a santidade] e o imaginarmos com uma ínfima contaminação de mal, nós o tornamos nada menos do que um monstro infinito ”. Na mente de Charnock, a santidade é um atributo que “possui uma excelência acima de todas as outras perfeições divinas”.  
  
Fonte: Teologia Puritana, pág. 122-125. Edições Vida Nova.